



236ª Sessão Ordinária

Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

A **236ª Reunião Ordinária PRESENCIAL** realizou-se na **terça-feira, dia 19 de novembro de 2024, em segunda chamada às 13h30min**, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, à Av. Prof. Henrique da Silva Fontes (Beira Mar Norte), 6.100, Trindade - Florianópolis/SC.

Das 32 instituições que compõem o CMS, 21 estavam presentes, 1 entidade ausente e 10 entidades justificaram ausência. Estiveram presentes 17 participantes na condição de servidores, convidados, estudantes e comunidade em geral.

Abertura e Pauta

1. Aprovação da Ata 232ª;
2. Proposta de Alteração da Resolução nº 08/CMS/2024 – RAG 2023;
3. Momento dos Conselhos Locais de Saúde - CLS e Conselhos Distritais – CDS;
4. Projeto Intersetorial de Combate ao Aedes aegypti;
5. Informes do dia Internacional da AIDS – Atividades da Secretaria mês dezembro;
6. Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares – CPIC/ Promoção da Saúde/ Hortas/ COMPAC; **Retirada**
7. Apresentação da Construção Plano Municipal de Saúde;
8. Momento Secretaria Executiva CMS;
9. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária **17 de dezembro de 2024.**

Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

Iniciou a reunião dando as boas-vindas a todas as pessoas presentes, conselheiros de saúde, profissionais e técnicos da gestão e demais participantes. Fez a leitura da pauta e perguntou ao Pleno se podiam aprovar dessa forma.

Houve um pedido de inversão de pautado item 7 Apresentação da Construção Plano Municipal de Saúde; para o item 3. Todos aprovaram e a pauta da reunião ficou assim:

1. Aprovação da Ata 232ª;
2. Proposta de Alteração da Resolução nº 08/CMS/2024 – RAG 2023;
3. Apresentação da Construção Plano Municipal de Saúde;
4. Momento dos Conselhos Locais de Saúde - CLS e Conselhos Distritais – CDS;
5. Projeto Intersetorial de Combate ao Aedes aegypti;
6. Informes do dia Internacional da AIDS – Atividades da Secretaria mês dezembro;
7. Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares – CPIC/ Promoção da Saúde/ Hortas/ COMPAC; **Retirada**
8. Momento Secretaria Executiva CMS
9. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de **17 de dezembro de 2024**.

Desenvolvimento dos Trabalhos:

1º Aprovação da Ata 232ª;

1.1 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

Informou que a Ata 232ª, que já havia sido encaminhada aos conselheiros e na última Plenária foi pedido um ajuste, que foi realizado, e por isso está colocando em aprovação novamente a Ata 232, e esta foi aprovada com **17 votos a favor, 0 contra e 1 abstenção**: Finalizou a pauta.

2º Proposta de Alteração da Resolução nº 08/CMS/2024 – RAG 2023;

2.1 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

Iniciou a pauta, explicando que recebeu uma proposta de alteração dessa Resolução que foi aprovada em julho desse ano, e disse que vai fazer a leitura e abrir para esclarecimentos posteriormente.

2.2 Almir Adir Gentil - Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS - SMS

Manifestou desejo de explicar a respeito da proposta de alteração e disse que especificamente essa Resolução passa por 3 secretários e chega nele, e que ele alertou ao Conselho, que dentro do regimento possui alguns itens que não foram observados, e que do ponto de vista legal possui alguns problemas, dados que ele considera relevante.

Ele indicou como primeiro item: que o Conselho recomenda, ele não aprova ou reprova; como segundo item: que a votação tem que ser aberta e tem que constar na ata, quem votou a favor ou contra, que não aconteceu na deliberação; e como terceiro item que o número de presentes para aprovação de resolução tem que ser 50% +1 dos conselheiros e disse que essa resolução foi aprovada por 16 de 32 conselheiros, tendo que ter no mínimo 17 votos.

Almir passou a falar a respeito de o que é reprovar contas, e lembrou que as contas não possuem nada a ver com ele, são do ano anterior, e que uma coisa é a recomendação de todas as mudanças que são ressalvas, e outra questão é o porquê reprova, quando tem má utilização do dinheiro; quando existe dados contábeis ou financeiros, que nas reuniões do grupo dos responsáveis por essa área junto com os técnicos da Secretaria, que não existem

divulgação e que claramente o próprio Conselho se manifestou, as reuniões ocorreram de forma tranquila e não houve, ao menos pela informação do grupo técnico de contabilidade e finanças, qualquer dúvida em relação a lversação do dinheiro, e essas reuniões não possuem ata, e aí vem para o Conselho a reprovação das contas e o Conselho reprova conta. Ele disse que ficou em uma situação em que se não alertasse os próprios conselheiros ele estaria cometendo um erro como Secretário, e então ele sugeriu uma aprovação, com ressalvas técnicas que são sugeridas pelo próprio Conselho, para tentar resolver a situação, ou começar novamente o processo que é o que vai fazer o tribunal de contas, que vão utilizar desses argumentos jurídicos e vai mandar para a instância jurídica, assim o Conselho perderá a credibilidade porque fez a coisa da forma juridicamente inadequada. Relembrou que desde que chegou na SMS disse “vamos construir pontes”, e que deixa a sugestão baseado no parecer jurídico, em fazer algo que poderia contornar essa situação, mas que se quiserem reprovar as contas, ele alertou que do ponto de vista jurídico esse processo possui algumas fragilidades, disse ser um dado importante e que comentou com a Gerusa, que a própria aprovação feita anteriormente da Ata, deveria constar quem votou a favor, quem votou contra e quais foram as abstenções, segundo o estatuto, e o Conselho, talvez até porque sempre os assuntos são deliberados por maioria e consenso interno, mas no momento que ele entende que existe um confronto claro entre o que é a opinião do Conselho e o que é a opinião do grupo gestor da prefeitura, e nesse momento ele se inclui como representante do prefeito, sendo ele Secretário até dezembro, ele é obrigado a fazer o papel dele e orientar sobre isso, por isso sugeriu um caminho alternativo e a partir de Janeiro, até porque terá eleição do Conselho, certificar que todas as regras dentro do estatuto do regimento estejam sendo seguidas para que não tenha nenhuma fragilidade. Acrescentou novamente que o Conselho não aprova ou reprova, mas sim recomenda, e que isso não vem dele, Secretário, mas sim do Prefeito, de acordo com o estatuto, o Prefeito pode questionar o próprio Conselho, até porque do ponto de vista jurídico “eu, Secretário, não aprovo aquilo que faço parte”, e disse que se o Conselho aprovou não vai ser ele que vai reprovar e se reprovarem não vai ser ele que vai aprovar, porque ele faz parte do Conselho, ele vota no Conselho. Almir finalizou dizendo que cada um desses detalhes é pequeno, mas são jurídicos e ele entende que podem buscar um caminho para conseguir apoio, até porque esse assunto é um assunto de 1 ano atrás, e que então já teve reprovações posteriores.

2.3 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Disse que o Secretário trouxe algumas questões que ela considera importante abordar para poder seguir, comunicou que passaram 3 secretários, e que já tiveram algumas questões bem antagônicas/duras, mas que é a primeira vez que tem uma interpretação diferente, e começou pontuando que o primeiro item que está ligado ao parecer que ele recebeu, é que deveria existir a indicação nominal dos votantes e não votantes, onde ela leu novamente o Regimento e em nenhum momento, está colocado no Regimento “votação nominal”, o que diz no Artigo é que “a deliberação vai ser por votação aberta”, e explicou que votação fechada é onde coloca o voto em uma urna e ninguém sabe quem votou e que votação aberta é aquela em que as pessoas se expõem no momento da votação, que é o que eles tem feito, e reforçou que não existe votação nominal, e perguntou onde eles localizaram a votação nominal.

2.4 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico - SMS

Respondeu que no Artigo 45, inciso segundo do regimento “As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro”.

2.5 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Respondeu que a manifestação expressa, é a que os conselheiros se expressam com a mão levantada (levantando o crachá), que não tem essa questão nominal, e que é questão de interpretação. Complementou que no Artigo 18 diz “As deliberações decorrerão de votações abertas, decididas pela maioria dos votos dos conselheiros municipais titulares, ou suplente na ausência do seu respectivo titular, cabendo a cada um, somente um voto”, e depois diz que na ATA vai estar expressa a contagem.

Finalizou questionando se entendeu corretamente que o Secretário disse que a atribuição do CMS: “não é aprovar ou reprovar, e sim recomendar”.

2.6 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que aconteceu a aprovação do Relatório de Gestão e contas, todas de uma vez só. Apontou o fato de não ter a separação da aprovação das contas.

2.7 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Respondeu que não foi o que eles fizeram, eles reprovaram o Relatório Anual de Gestão, do qual faz parte o corpo de regras e diretrizes e o financeiro.

2.8 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que o principal fato que o Secretário levantou é que no Regimento do Conselho Municipal de Saúde não tem quórum de deliberação e que então irá se socorrer na Resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde em que a quarta diretriz diz: “as decisões do Conselho de Saúde serão adotadas diante de quórum mínimo de metade mais um dos seus integrantes” e que eles são em 32, então todas as decisões precisam ter quórum mínimo de 17 e isso está no Inciso de 8 e na quarta diretriz “ressalvado os casos regimentais nos quais exigem quórum especial ou qualificado” que também não existe no Regimento, o Regimento Municipal não delibera sobre a forma como é aprovado ou reprovado e então isso se socorre na deliberação superior que é a 45 do CNS e repetiu que lá diz que a aprovação tem que ter um quórum mínimo de 50% + 1 dos integrantes e não dos presentes, por isso 17. Ele complementou que consta segundo informação que chegou a ele, que foram 12 votos a favor da proposta 2 e 4 votos a favor da proposta 1, nesse caso tendo 16 votos, ferindo a quarta diretriz do CNS. Aproveitou o momento para se apresentar como assessor jurídico da Secretaria Municipal de Saúde, Rodrigo.

2.9 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Disse que a resolução 453 do CNS delibera sobre o Conselho Nacional.

2.10 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que delibera sobre os Conselhos de Saúde nas três esferas, conforme o considerando, “Considerando os debates ocorridos nos Conselhos de Saúde nas três esferas de governo”, então ela se aplica a todas as três instâncias: nacional, estadual e municipal.

2.11 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Disse que isso não está no Regimento Municipal e eles utilizam esse Regimento todo o tempo e que então eles não estão incorrendo em erro na legislação do Conselho Municipal, mas que ela está entendendo que fere a superior, e demanda que talvez o Conselho acrescente isso.

2.12 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Sugeriu que não só para isso, para determinar os pontos em específicos diante da sua gravidade ou da sua importância, haja sim quóruns qualificados; quórum simples; ou maioria simples, para assuntos mais corriqueiros maioria simples, que é a maioria dos presentes; mas quando se fala de deliberações a exigência da legislação correlata é que se tenha mínimos definidos, e um desses é a quarta diretriz do CNS, e disse que é um ponto específico que preocupou bastante ele. E finalizou dizendo que só está há um mês nesse cargo e está conhecendo as coisas agora.

2.13 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Comunicou que esse é um item que ela não conhecia, e disse que tem a questão que eles aprovam ou reprovam sim, o Relatório Final ou o Plano, e que o papel dos conselheiros não é consultivo, ele é deliberativo. E falou que precisam de uma alternativa, porque os conselheiros têm uma posição. Ela informou que tem duas Resoluções e que os conselheiros podem votar a proposta ou a manutenção e a partir daí a decisão dessa plenária é soberana.

2.14 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que em relação a Resolução 08 nesse momento não porque ela não faz parte da pauta e pontuou que na pauta está aprovação da alteração e não da reaprovação da mesma.

2.15 Marcos Cesar Pinar (Marcão) – SOESC

Respondeu que não existe proposta de alteração se não puder manter a que está.

2.16 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Disse que a Resolução anterior foi aprovada, na concepção dele, em desacordo com a quarta diretriz inciso oitavo do CNS, e disse que para que ela seja votada novamente ela tem que ser repautada para a próxima assembleia.

2.17 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - CDS Sul

Perguntou qual era o número de representantes CMS no momento (responderam 20), e disse que então era possível realizar a votação de aprovação ou reprovação dessa alteração e que se for necessário, pautam a reaprovação da Resolução 08, disse estar de acordo, mas tem que tomar cuidado e simplificar um pouco as coisas, para não entrar em um “juridiquês” que não é a proposta, complementou que a coisa aconteceu em 2023, sendo que o Secretário sequer estava presente, pontuou que o processo de reprovação do RAG foi muito difícil para todos os conselheiros presentes, foram muitas discussões e a coisa se protelou por alguns meses para que pudesse chegar nessa decisão, e disse que a reprovação não foi só a questão de contas, mas como também a gestão como um todo, e que se eles quiserem levantar um defunto, e trazer todas as discussões à tona, que podem trazer, mas a princípio é aprova ou reprova.

2.18 Almir Adir Gentil - Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS

Comunicou que não acompanhou e nem quer, e que ele só trouxe os dados que contaram a ele, e apresentou a eles, e disse que o caminho que ele trouxe foi de fazer uma aprovação com ressalvas, ressaltando tudo o que quiser ressaltar, e disse que é uma sugestão para chegar e terminar essa rodada, mas que se quiserem mudar pode mudar, sendo uma coisa que tem que pautar, porque tem que ser pelo menos 10 dias antes.

2.19 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Complementou que isso é outra coisa que ele gostaria de comentar é que o Regimento fala em 72 horas de antecedência a respeito da convocação de pauta, pediu desculpa pelo “juridiques” mas faz parte da formação dele e ele se atenta aos detalhes, e disse que a Resolução fala em no mínimo 10 dias de antecedência da realização da sessão, que tem de ser enviado a pauta e a colocação, e que se tiver alguém querendo encher o saco das decisões isso valerá para qualquer decisão judiciária, por estar em contrariedade a legislação federal que determina a regulamentação.

2.20 Marcos Cesar Pinar – SOESC

Disse que se ele não se engana na Resolução está escrito que os conselheiros podem incluir tema de pauta.

2.21 Almir Adir Gentil - Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS

Disse que em janeiro, fevereiro, março eles podem fazer um Regimento e arrumar os termos, a respeito de maiorias, quórum e quando pautar ou não, por cada um possuir interpretações diferentes, e disse que ele acha que manifestação expressa teria que inserir quem votou e como votou. Sugeriu identificar antes quem tem direito a voto, e colocar um papelzinho.

2.22 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Explicou que já tem um crachá identificando essas pessoas.

2.23 Almir Adir Gentil - Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS

Continuou a fala dizendo que para evitar confusão vão colocar sim quem votou ao lado do voto.

2.24 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Explicou que voto aberto com contagem de voto é o que eles acabaram de fazer com a aprovação da ATA.

2.25 Almir Adir Gentil - Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS

Respondeu que manifestação expressa é “como vota o Joãozinho? “Eu voto a favor”.

2.26 Fabrícia Cristina de Sá Santos – CDS Centro

Respondeu que manifestação expressa não é por nome, e que a por nome é a nominal.

2.27 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Utilizou o Congresso Nacional como referência e explicou que quando é votação secreta colocam no “negocinho” fecha e conta os votos, mas que quando é aberta aparece lá no painel “Fulano Sim ou Não” e que essa é a votação aberta, e sugeriu cada um levantar o crachá em sua respectiva vez, para identificar a representação.

2.28 Almir Adir Gentil - Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS

Explicou que se não quiserem fazer assim tudo bem, mas que é algo que ele identificou e está tentando evitar “juridiquês”.

2.29 Igor Tavares da Silva Chaves – CUT

Perguntou se em relação a interpretação jurídica, teria que ter 17 votos (metade mais um) para qualquer tipo de votação ser aprovada, e pontuou que isso é um problema porque isso inviabiliza qualquer votação que não tenha esse número e deu o exemplo de que se essa votação a favor ou contra não tiver 17, ela não será aprovada.

2.30 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Disse que tem 20 pessoas no momento, e que o necessário são 17 pois é o quórum para votação e não 17 a favor ou contra. Logo em seguida explicou que tem dois tipos de quóruns, o quórum de abertura dos trabalhos, que precisa de

2/3 dos membros na primeira chamada, senão houver esses 2/3 a reunião vai começar meia hora depois com qualquer número de presentes, só que tendo menos da metade mais um, a reunião não tem capacidade de fazer aprovação de deliberações.

2.31 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - CDS Sul

Perguntou como irá funcionar visto que até então vinha procedendo de uma outra maneira, cumprindo o Regimento Municipal, e questionou se vai se rever todas as questões discutidas anteriormente e que se sim vai ter que fazer um retroativo de muita coisa, inclusive de todas as ATAS que foram aprovadas.

2.32 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Citou que também teria que ver os Planos Anuais de Saúde, os RAGs e muitas outras coisas.

2.33 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza - CDS Sul

Disse que a proposta dele é deixar o que ficou e seguir para frente, mas disse que se eles quiserem rever a aprovação da Resolução 8, não tem problema, mas esse tipo de argumento pode gerar outras consequências.

2.34 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que a preocupação dele desde que foi convidado para o cargo, que estava vago há um mês, era tentar agilizar os procedimentos internos, e que quando ele vem para um cargo, ele precisa entender todas as movimentações e as variáveis, compostas dentro dele, e uma das variáveis passadas foi a do Conselho Municipal de Saúde, sendo o primeiro passo estudar a legislação referida, para fazer uma varredura completa. Ele acrescentou que o preocupou quando foi falado que sempre foi procedido dessa maneira, só que o Regimento não tem quórum de deliberação em momento algum, e lendo o Regimento do CMS do artigo primeiro até o último artigo, não diz nada a respeito de quóruns de deliberações. E destacou que essa é uma falha muito importante e que tem que caminhar para frente. Rodrigo explicou que se a Resolução 08 prosseguir daquela forma, qualquer membro do Conselho que sentir que aquela decisão não respeitou a legislação, ou a própria Procuradoria, pode impetrar um ato jurídico, dizer que está errado e cassar, porque ela é nula, por já ter nascido errada.

2.35 Marcos Cesar Pinar – SOESC

Falou que eles não vão acabar ali, por ser questão de interpretação, porque quando diz que a partir de meia hora, começa a reunião, com o quórum que estiver, não diz que para votar precisa de um outro quórum, mas sim o da metade que está determinado. E disse que se não tem no Regimento a leitura dele está correta.

2.36 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que isso não está no Regimento, e que existem dois pontos, quando diz que a reunião pode começar do jeito que está, pode discutir, conversar e ponderar, mas não pode deliberar, porque o quórum que está previsto no Regimento é de instalação e não de deliberação, e disse que quando não está presente no Regimento do CMS tem que se socorrer a superior, no caso a do CNS, e disse que 99% cópia escrita lá de cima, mas esqueceram de transladar a respeito do quórum de deliberação. Pontuou também que outro erro que tem que ser revisto é que nas resoluções diz que existe um presidente, e atualmente possuem dois, um sendo o Secretário, que é nato e o outro eleito, e isso não está previsto na legislação, fugindo do que é previsto.

2.37 Marcos Cesar Pinar– SOESC

Respondeu que quando a Secretaria precisou do CMS para aprovar coisas que estavam vencendo o prazo, com urgência, como por exemplo as contas, que diziam que senão passasse, não receberia recurso, aí não precisou do 50+1, e falou que se é para rever, então que reveja tudo, e devolva dinheiro para o Ministério da Saúde, visto que não estavam legal, e finalizou dizendo que precisava de calma nesse processo e lembrou que são 10 anos de funcionamento.

2.38 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Disse que no Artigo 47 está escrito dois presidentes sendo um nato, o Secretário e outro eleito, um vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário.

2.39 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Explicou que eles não possuem dois presidentes, mas sim o Secretário como presidente, a vice-presidente que é a Tina, a primeira Secretária que é ela, e o segundo que é o Sulimar.

2.40 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Esclareceu que a respeito dos dois presidentes isso foi algo que eles herdaram, a questão da lei do Conselho vinha sendo discutida desde 2010 e aí foi engavetada pelo Secretário que estava na época, depois quando entrou o novo prefeito em 2013 ela foi desengavetada e começou a ser discutida novamente pelos conselheiros. Naquele momento o Conselho decidiu que teria um presidente eleito pelos seus pares, sem ter mais presidente nato, porém o Secretário de Saúde da época, entendeu que deveria continuar sendo o presidente nato, e na Plenária de votação que foi no auditório do CS Trindade, ele refez esse artigo, defendendo os 2 (dois) presidentes seguindo o modelo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), sendo que esta é constituída por duas esferas a municipal e a estadual. No caso do Conselho ele pertence somente a esfera municipal. Diante dessa proposta de última hora e da confusão do momento os conselheiros votaram e a proposta de 2 presidentes ganhou por 12 votos a 4.

2.41 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Pontuou que no Artigo 36 diz que o presidente do Conselho tem que ser eleito entre os pares, e questiona como que o Secretário vai assinar uma Resolução que aprovou ou desaprovou contas, ele não pode aprovar as próprias contas, tem uma incongruência nisso, complementou que até pode ser, mas se os conselheiros o elegerem. E disse que se daqui há X dias convocarem uma Plenária, botar a Resolução 08 para votação e aprovarem, o Secretário não tem condições de assinar, porque ele estaria reprovando algo que ele como Secretário Executivo está fazendo, e falou que a Resolução vai para o prefeito, e ele pode homologar ou não homologar, e finalizou afirmando que o Regimento está ilegal, está irregular a própria Resolução.

2.42 Marcos Cesar Pinar - SOESC

Disse que quando o Secretário é presidente do conselho, não significa que ele votou a favor da Resolução, no caso sendo voto perdido, ele é obrigado a assinar como presidente da instituição, e disse que quando ele está votando, ele não está votando como secretário, e se quiser ele pode fazer uma declaração de voto contrário, para ficar registrado em ATA.

2.43 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Explicou que quando a Resolução vai para o prefeito homologar, ela vai como Resolução e não vai a ATA, no caso estando presente a assinatura do presidente do Conselho que é o Secretário, podendo gerar uma incoerência que pode ser evitada.

2.44 Emerson de Jesus Duarte - GEBEN

Disse que independente do que foi discutido, ele queria fazer um adendo do Artigo 13 do Regimento, “A Plenária é a instância máxima de deliberação plena e conclusiva do Conselho Municipal de Saúde, configurado pela Reunião Ordinária e/ou Extraordinária dos membros do Conselho, que cumpre os requisitos de funcionamento estabelecido pelo Regimento.” E disse que o Regimento que o CMS oferece é esse independente do que está no CNS, esse que foi aprovado e publicado no Diário Oficial, e que eles estão cumprindo o Regimento, e não pode ser dito que ele não vale.

2.45 Sulimar Vargas Alves – SEEF - CLS Prainha

Questionou se a responsabilidade se está certo ou errado é deles, conselheiros, ou da Prefeitura que possui um corpo jurídico, e nunca foi discutido a respeito disso. Acrescentou que nesses 10 anos nunca tiveram um jurídico para orientar em nada, que é a primeira vez que ele vê um advogado no CMS questionando o Regimento Interno. Pontuou que não tem como aprovar mais nada até que esse Regimento seja revisado dentro do que a Prefeitura/corpo jurídico entende, e questionou como que pode para alguma coisa e para outra não pode. Disse que se eles insistirem em acompanhar esse Regimento, então é melhor suspender tudo até que seja revisto direito. E que se está irregular, então é melhor parar tudo, fazer as correções necessárias, para que todos saibam no que está votando. Finalizou dizendo se aquela Resolução não vale, então não vale nenhuma outra para trás e nenhuma outra para frente.

2.46 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que de fato, o que está para trás pode ser considerado nulo, pelo jurídico, mas não tudo, teria que rever ATA por ATA, e se alguma deliberação teve 17 pessoas no mínimo, então elas são válidas. E concordou que deve sim mudar o Regimento, complementou dizendo que na ausência da determinação específica, se usa a legislação que criou os conselhos. A respeito da fala de que nunca havia visto um advogado ou um corpo jurídico no CMS ele respondeu que o Conselho Municipal de Saúde é um órgão independente e autônomo, que recebe verbas e tem toda liberdade de tratar o próprio orçamento, segundo a legislação, e que se não tem um advogado tem que contratar.

2.47 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Respondeu que tanto a legislação do Conselho, como também o Regimento, passaram pelo jurídico da Secretaria e da Prefeitura, e foi aprovada na Câmara de Vereadores, destacando que nada passou sem a visão jurídica, com suporte dos técnicos da Secretaria.

2.48 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Respondeu que se a coisa cai no colo dele, ele analisa e toma a posição dele, e complementou que tendo algo de errado no procedimento deles que ele vai ser o primeiro a apontar porque ele não pode trabalhar com a ilegalidade. Finalizou dizendo que está à disposição para ajudar e tirar dúvidas.

2.49 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Disse que queria fazer um encaminhamento e que o que foi discutido é um alerta, e que pode sim ter interpretações diferentes, que é importante, mas que ela não acha que deve parar, ao contrário do que Sulimar sugeriu, e quis destacar dois pontos, e questionou quais são os itens que o Regimento deles não está em acordo com legislação maior, destacando que gostaria de corrigir a fala de que o CMS está atuando ilegalmente, porque eles sempre observaram a legislação, mas que lá em 2013 as assessorias jurídicas da Secretaria M. de Saúde, da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, não observou os itens da lei maior, e que realmente algumas coisas terão que ser alteradas, mas que isso não faz desse Conselho, como ilegal, porque está seguindo o Regimento atual. Josi pontuou também que as questões anteriores, se esse Conselho entender, o Conselho pode invalidar as aprovações anteriores, mas disse que isso não serviria em nada, e que devem focar somente dali para frente. E pediu para conferir se as duas interpretações que ela teve da fala do assessor jurídico está correta ou não, a primeira é a que a votação expressa precise constar item por item quem está aprovando o que, e disse ter dúvida que ser expressa necessita ser nominal, mas que para não prejudicar novembro e dezembro pode sim, ser feita dessa maneira detalhista maior. E o segundo ponto é o de estabelecer as deliberações com quórum mínimo de 50%+1, e que seguindo assim, em toda deliberação ela, Josi, pedirá revisão de quórum. Dessa forma eles não estarão mais infringindo nenhuma lei, e por isso ela sugere que realize a votação para aprovação, ou não, da Resolução. Finalizou dizendo que depois eles criam uma comissão para verificar os itens irregulares.

2.50 Rodrigo Titericz – Assessor Jurídico SMS

Concordou que deve ser colocado no novo Regimento que antes de qualquer deliberação deve ser feita revisão de quórum.

2.51 Josimari Telino de Lacerda – UFSC

Sugeriu fazer a leitura somente da proposta de alteração.

2.52 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Realizou a leitura da proposta de alteração. **(ANEXO 1)**.

2.53 Daniela Baumgart de Liz Calderon - Diretora de Gestão Estratégica

Destacou que está escrito “Plano” e tem que ser corrigido por “Relatório”.

2.54 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Colocou em votação a proposta de alteração da Resolução nº 8, relativa ao Relatório anual de gestão 2023. A votação foi **2 votos favoráveis (SMS e CMS), 14 votos contra (SINPSI; ARCOIRIS; SME; SOESC; ABEN; UFSC; GEBEN; PPI; UBM; UFECO; AFABB; CDS SUL; SEEF e CUT) e 4 abstenções (SMDU; SEMAS; SMMA e CDS CONTINENTE)**, sendo a proposta de alteração do texto da Resolução nº 08 reprovada. Passou para a pauta seguinte.

3º Apresentação da Construção Plano Municipal de Saúde;

3.1 Melissa Costa Santos – Gerência em Planejamento em Saúde - SMS

Começou a apresentar a Proposta de Elaboração do Plano Municipal de Saúde 2026-2029.



OBJETIVO:

APRESENTAR O MÉTODO E MACROCRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2026-2029

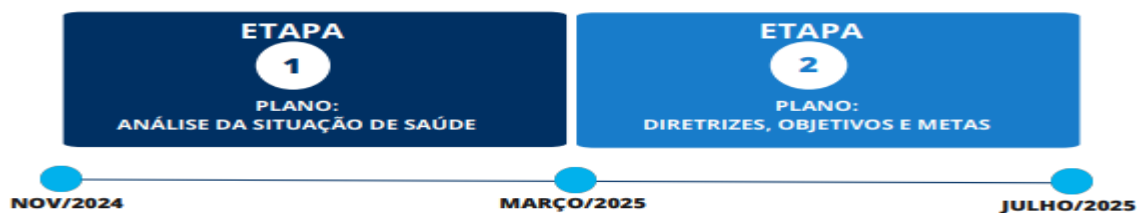
- Etapa 1: Análise da Situação de Saúde
- Etapa 2: Diretrizes, objetivos e metas

O objetivo é apresentar o método que vai ser trabalhado, e que apesar de estar entrando em 2025, tem todo o processo de elaboração do Plano Municipal, que é longo, no mínimo 6 meses pela frente, e por isso já tem que começar, para estar pronto pela metade de 2025. Ela relatou que o Emerson participou da última vez e que a experiência foi bem positiva. Melissa ressaltou que são duas etapas, primeiro faz toda a parte de análise da situação de saúde, para depois disso partir priorizar e construir o plano com base nessas definições de quais são os principais motivos de adoecimento da população e o que se deve priorizar, e ela disse que é importante já pensar em um representante e um suplente para representar esse grupo de trabalho.

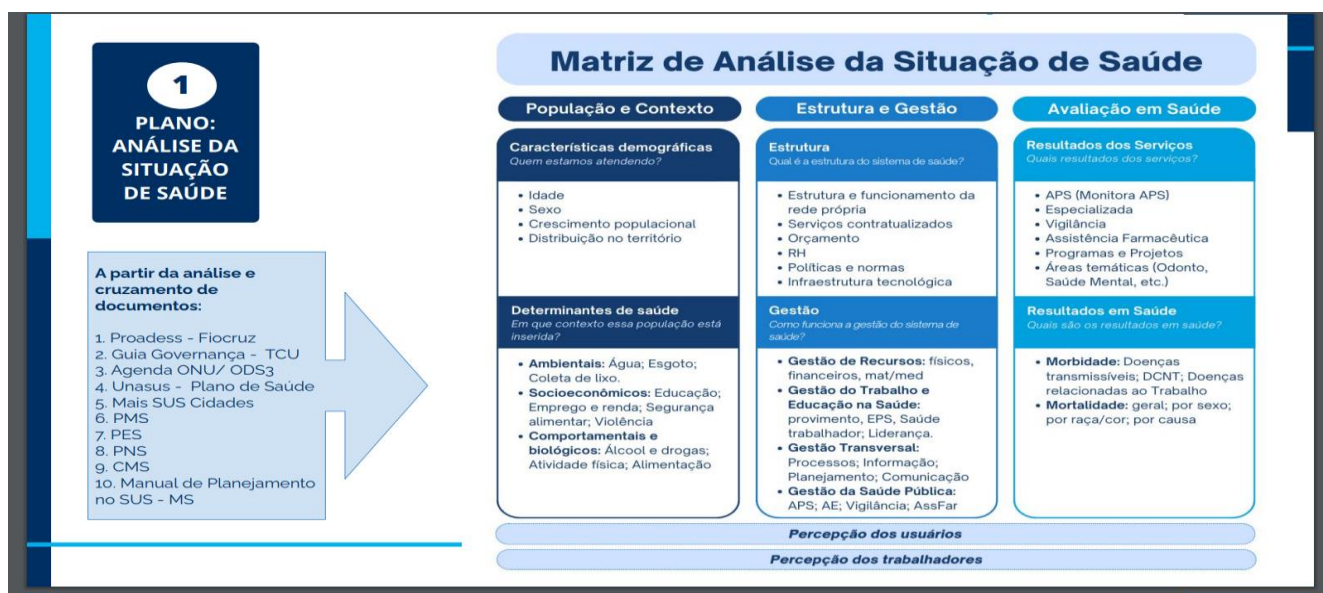


Reforçou que em 2025 finaliza o plano vigente e em 2026 inicia o novo plano para os próximos quatro anos, e todas as falhas que vem sendo discutidas, e os conselheiros trazem de sugestão, assim como a equipe técnica levanta algumas necessidades de melhoria, elas estarão nesses ajustes para esse novo plano, com metas mais claras, mais fáceis de monitorar e acompanhamento mais sistemático.

MACROCRONOGRAMA

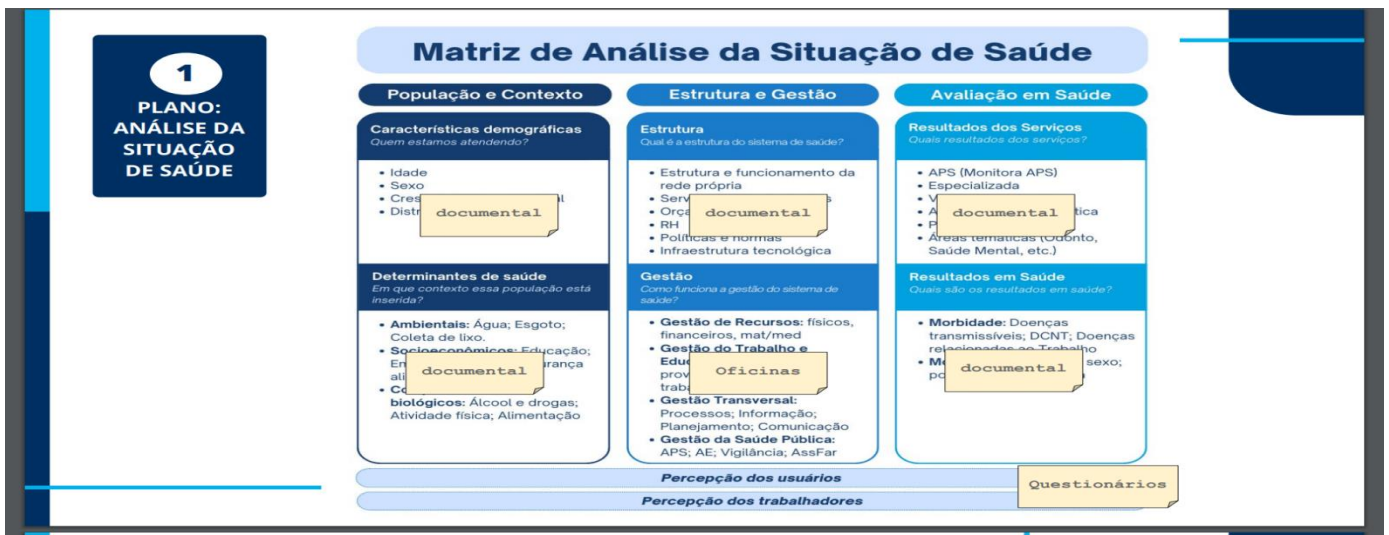


De acordo com a linha do tempo é previsto para novembro de 2024 iniciar a primeira etapa que é a análise da situação de saúde, a parte em que se faz todo o levantamento de dados até março de 2025; e de março a junho de 2025 construir o plano baseado na definição de diretrizes, objetivos e metas, sendo essas metas com os indicadores que vão ser acompanhados nos próximos quatro anos.

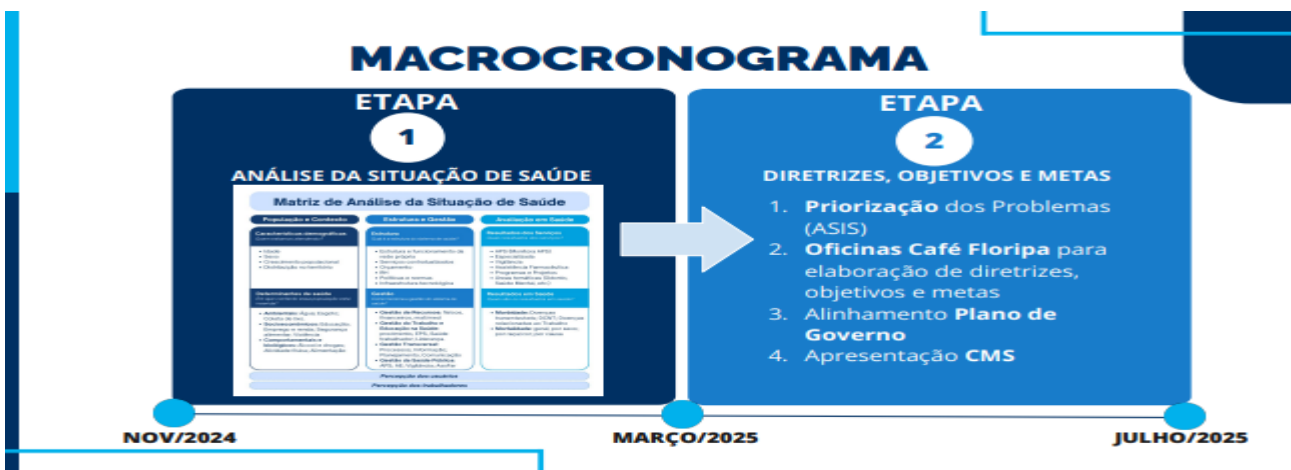


Relatou que a Gerência de Planejamento juntamente com a Gerência de informação já realizou um levantamento prévio, já realizaram um estudo de pelo menos 10 documentos, (Proadess- Fiocruz; Guia Governança – TCU; Agenda ONU/ ODS3; Unasus – Plano de Saúde; Mais SUS Cidades; PMS; PES; PNS; CMS; Manual de Planejamento no SUS – MS), e vão ser avaliados para construir um mapa do que não pode faltar nessa primeira etapa de análise, e mostrou a tabela acima.

Explicou que a primeira coluna trata dos dados demográficos, e que a segunda coluna trata da estrutura que tem para ofertar esses serviços, quantas unidades e quantitativo de serviços, tem o item da Gestão e a terceira coluna é o da avaliação em Saúde que analisa os resultados dos Serviços e da Saúde. E que essas 3 colunas da matriz vão orientar a análise de situação de Saúde e a construção do Plano. Esses 3 blocos são investigados tanto pela percepção dos usuários quanto também pela percepção dos trabalhadores.



Disse que a maioria das fontes dá para ser trazida de forma documental, somente a da gestão por oficinas e as percepções através de questionários.



Finalizou a apresentação destacando a importância de compartilhar o método inicial, alertando a necessidade de iniciar e discutir o processo. Em seguida, ressaltou a necessidade de formalizar a representação do Conselho, incluindo a indicação de um titular e um suplente para acompanhar todo o processo.

3.3 Gustavo Jubiraci Drogueti Lanza - CDS Sul

Questionou quantos encontros por semana seriam realizados da parte operacional.

3.4 Melissa Costa Santos – Gerência em Planejamento em Saúde - SMS

Respondeu que eles possuem uma proposta de ser realizado de 15 em 15 dias presencialmente, mas que dá para flexibilizar, sendo uma presencial e outra online para facilitar, somente que quando tiver oficina precisará de mais encontros presencialmente.

Emerson de Jesus Duarte - GEBEN

Relatou que a experiência dele com a participação do plano foi muito legal, muito interessante, e ele aprendeu muita coisa, e comunicou que se quiserem que ele participe de novo ele participa.

3.5 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS – SMS

Consultou a plenária e foram indicados para a Comissão de Construção do Plano Municipal de Saúde 2026-2030 os conselheiros, **Emerson de Jesus Duarte – GEBEN**, como titular e **Gustavo Jubiraci Drogueti Lanza - CDS Sul**, como suplente. Com isso, o ponto da pauta foi encerrado e foi passado para a seguinte.

4° Momento dos Conselhos Locais de Saúde - CLS e Conselhos Distritais – CDS;

4.1 Fernando Santana França – Coordenador do CLS Pântano do Sul

Disse que a presença dele se deve principalmente a um assunto que preocupou o CLS dele bastante, onde eles tomaram conhecimento, ele explicou que eles possuem duas equipes, e que uma das equipes está sem a médica, ela pediu exoneração na semana anterior, e em dezembro o médico da outra equipe vai pedir 15 dias de férias, e então eles estão muito preocupados com a possibilidade da comunidade ficar totalmente sem assistência, e que esse período é muito crítico para Florianópolis, por ser quando começa o verão e a ilha recebe muitos turistas, além de outros segmentos que acabam exercendo uma pressão maior para o CS do Pântano do Sul, como o deslocamento da UPA para o aeroporto, e as pessoas, em situação de emergência, acabam procurando o CS do Pântano do Sul, porque não conseguem chegar até a UPA.

Finalizou que irá deixar uma solicitação na mão do Secretário expressando a ansiedade deles, por terem alguns medos e citou também que os residentes não podem atuar na ausência de médicos, questionou como que a população do Pântano do Sul, de 5 mil habitantes, vai ficar totalmente sem médicos, e informou que conseguiu um abaixo-assinado com 500 pessoas, expressando a seriedade desse fato.

4.2 Gustavo Jubiraci Drogueti Lanza - CDS Sul

Disse que estava falando como CLS da Armação, e falou que é quase a mesma situação do que foi relatado pelo Pântano do Sul, pontuou que no mês anterior eles vieram falar a respeito da enfermeira, da assistente de Saúde Bucal, entregaram Ofício encaminhado por e-mail, e até o momento a situação não foi solucionada, a enfermeira não veio, teve afastamento de outra enfermeira por morte da família, uma médica de férias e a outra médica sozinha com os técnicos de enfermagem, beirando a burnout.

Gustavo afirmou que não combinou com Fernando, mas que as médicas estão trazendo a apreensão, de que os números de emergências que estão desembocando no CS estão aumentando, e eles acreditam que seja por conta do deslocamento da UPA as pessoas param no primeiro local que veem, e que o Centro de Saúde deles está bem na rodovia, e justamente pela aparição dessas emergências é necessário que tenha pelo menos uma equipe mínima presente. Finalizou dizendo que eles também realizaram um abaixo-assinado, com cerca de 500 assinaturas, para suplicar a atenção ele complementou que Armação, Morro das Pedras, Pântano do Sul, são regiões que eles consideram sensíveis em período de verão, e que senão tiver reposição de RH a situação ficará bem complicada.

4.3 Alexandre Stuepp Cavalcanti – CLS Saco Grande

Elogiou que começaram a reforma no Centro de Saúde no Saco Grande, que está acompanhando e fiscalizando para que seja concluída sem problemas. Acrescentou que no bairro tem um problema que é o crescimento demográfico explodindo, informou que na semana anterior saíram os dados do IBGE, e o Sol Nascente, que fica em cima do Saco Grande passou de 4 mil habitantes e mais Monte Verde e Saco Grande, e essa crescente explode no Centro de

Saúde, que está resultando em uma série de demandas e problemas, Alexandre comunicou que ele trouxe manifesto representando o CLS Saco Grande, a APROCOM, o COMOSG, CCMV, onde eles trazem esse manifesto apoiando uma carta aberta escrita pelos profissionais da saúde do Saco Grande, e disse que em resumo questiona a falta de outros profissionais, que está dificultando o atendimento, sendo eles: assistente social; fisioterapeuta; técnico administrativo; e enfermeira, nele eles relatam o que está acontecendo e o que as pessoas estão reclamando com essa falta, e o que está prejudicando no atendimento. Ele informou que chegaram a criar um grupo com o nome de “Denúncias CS Saco Grande”, onde colocam fotos de funcionários no celular, e reforçou que a parte administrativa está fazendo muita falta para eles. E deixou esse manifesto ao Secretário, pedindo apoio para resolver as demandas.

4.4 Almir Adir Gentil, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS – SMS

Respondeu que sem sombra de dúvidas RH é um problema, e que avançaram muito na semana anterior, quando conseguiram, depois de algumas reuniões, começando por algumas situações que são muito urgentes, depois todas essas que fazem parte da necessidade mínima, da mediana e depois a reposição total. Ele informou que nessa primeira fase que está iniciando, eles vão conseguir recompor perdas e exonerações a partir de primeiro de setembro, tudo dentro da Lei, e tem o compromisso firmado com o sindicato de 74 recomposições, a partir de janeiro, com parte delas conseguindo esse ano, mas que o pedido é de 104 recomposições, algumas já foram vistas as métricas, e eles já estão fazendo a priorização dos casos, para tentar resolver o máximo, principalmente os mais urgentes. Finalizou reforçando que o RH é uma fragilidade e que ele tem trabalhado pesado.

4.5 Zeli Zerbino – CLS Jurerê

Disse que já sabem que tem aprovação do terreno para construir o Centro de Saúde e questionou ao Secretário qual a previsão do projeto arquitetônico, da licitação e do início das obras, ela que comunicou que eles enviaram um ofício, solicitando a apresentação do projeto, que eles trouxeram antes, e finalizou dizendo que gostaria de levar uma suposta esperança ao povo da região, porque todos estão desanimados e desacreditados, e ela acaba perdendo a credibilidade, por mais que eles continuem e não desistam, eles estão nessa luta há mais de 15 anos.

4.6 Almir Adir Gentil, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS – SMS

Respondeu que eles possuem um cronograma para o próximo ano, seis construções novas, que inclusive foram promessa de campanha do prefeito eleito, sendo uma delas Jurerê, e falou que vai passar a palavra para o Humberto porque na semana anterior ele teve uma reunião, com o ICMBio para conversar a respeito da questão do terreno e dos projetos.

4.7 Humberto João dos Santos – Secretário Adjunto de Saúde - SMS

Informou que nessa reunião estava ele, a Márcia, responsável pelo setor de Obras e a Vanessa, que é arquiteta, onde eles apresentaram toda proposta e o que estavam pensando em construir nos dois terrenos que foram garantidos, onde foi explicado a situação, e o pessoal do ICMBio explicou o fluxo em que se deve ser feito, nesse momento foi dado o aval para dar start nos projetos, fazer o levantamento topográfico, e informou que já tem o estilo do prédio, que é o projeto padrão da secretaria, e agora está sendo feito esse estudo topográfico, depois que fechado o estudo arquitetônico, é encaminhado para FLORAM e eles encaminham ao ICMBio, que dão a aprovação do projeto, se por acaso tiver que fazer alguma adaptação, será feita no projeto, mas a construção está liberada, e que ele acredita que deva terminar todo esse trâmite de projetos e licitação em pelo menos 06 meses, e depois disso, com tudo

aprovado, inicia a obra, disse que eles saíram otimistas, porque até então, não estava 100% se poderia ou não a construção e se o terreno estaria liberado, mas foi um ponto positivo, porque foi encaminhado um ofício dizendo que eles estavam liberados para conduzir os projetos.

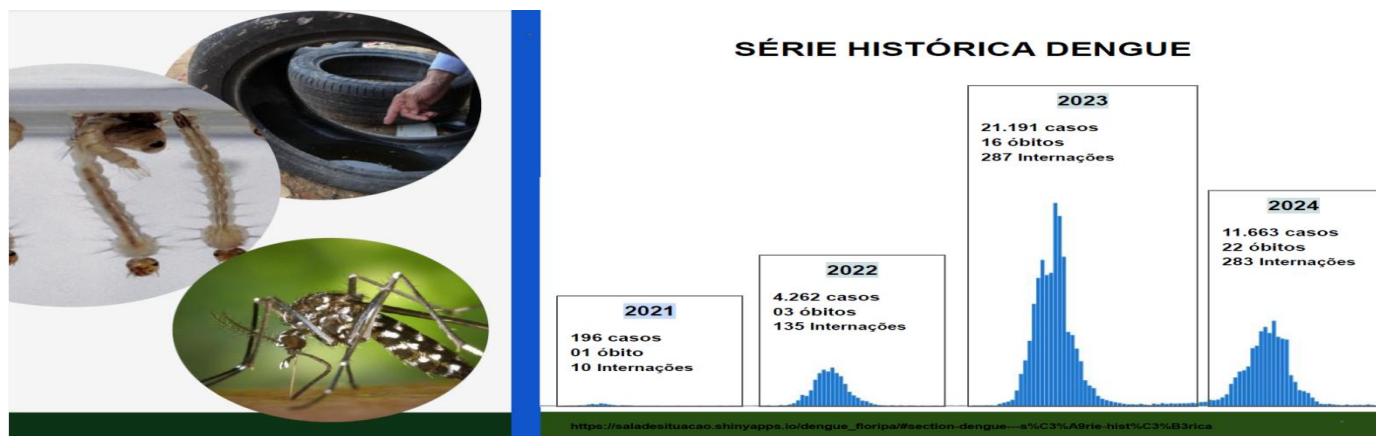
4.8 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Agradeceu a fala, comunicou que não havia mais nenhuma inscrição e com isso, o ponto da pauta foi encerrado e foi passado para o seguinte.

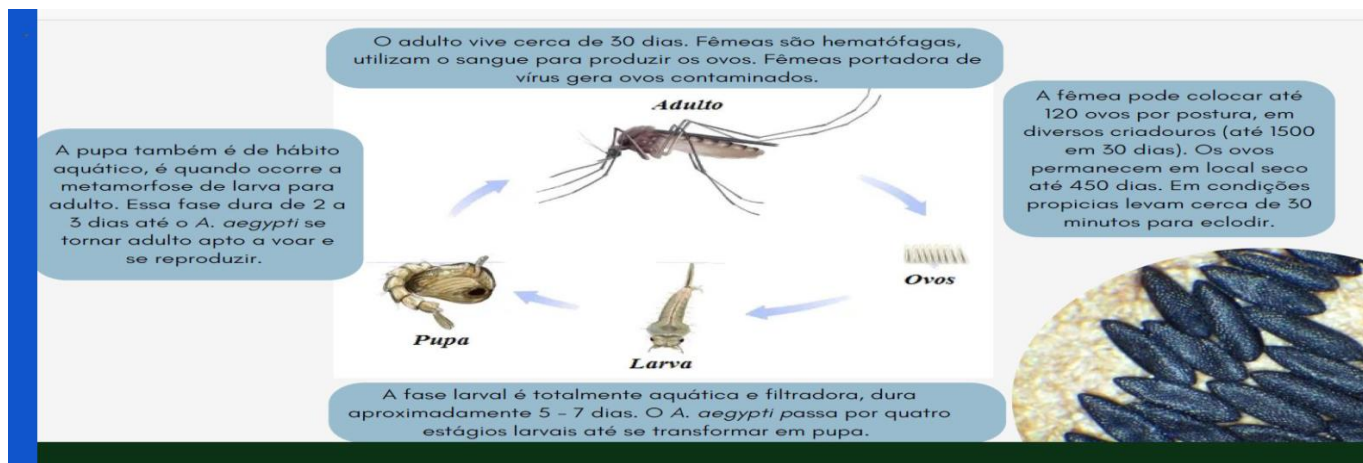
5º Projeto Intersetorial de Combate ao *Aedes aegypti*;

5.1 Marinice Teleginski – Chefia da Divisão de Arboviroses – PMF

Se apresentou dizendo que é agente de combate as endemias, e está como responsável técnica pelo programa da dengue de Florianópolis, disse que trouxe a apresentação do Comitê Intersetorial, que é a proposta de um Comitê que já teve há alguns anos atrás, e que ela já vem sendo discutida desde da metade do ano, ela começou a apresentação pela série histórica da dengue, que atualmente fala-se mais de combate à dengue, combate às arboviroses, por já ter a presença da dengue, chikungunya, com a presença dos soros tipo Dengue 1 e 2, 50/50%, circulando no município, o que é bem preocupante, especialmente porque o município é considerado como infestado pelo mosquito *Aedes aegypti* desde de 2012.



Ela fez a leitura desse gráfico e reforçou que o ano de 2023 foi o pior que teve. Disse que é um cenário preocupante e que vem se mostrando com a sustentação de transmissão.



Explicou que quem transmite a dengue é a fêmea, porque ela precisa do sangue para maturar os ovos, enquanto o macho se alimenta mais de matéria orgânica, e explicou o ciclo acima, reforçando que é rápido e é o que mais

preocupante, além de que nesse período sazonal a temperatura quente e as chuvas intensificam, agravando a situação. Ela informou que dos 63 bairros, constados na distribuição de mapa para trabalho da prefeitura, somente 08 não são infestados pelo mosquito, o que é muito preocupante, desses 08, 06 são do extremo sul.

Marinice reforçou a importância de saber que a fêmea não coloca os ovos na água, ela os coloca muito próximo da água, por isso a preocupação de não deixar água parada, esses ovos podem ficar até 1 ano e meio, posterior ao contato desses ovos com a água, 10 a 30 minutos já possui larvas nela, e depois de 5 a 7 dias já possui o mosquito voando.

Consequência da Situação Sanitária...



Ela pontuou que tudo isso acima, é consequência da situação sanitária, desde locais público, como também nas residências, sendo 80% dos depósitos encontrados, são nas residências, em copos, potes, vasos, brinquedos, bromélias, piscinas e ralos principalmente, e que não adianta os agentes agirem no campo se as pessoas não entenderem que é imprescindível a ação individual nas casas, por ser lá que tem a maior presença de mosquitos. E citou uma experiência em 2022, no primeiro surto de dengue, nos Bairros Santa Mônica, Córrego Grande e Itacorubi, em que eles ficaram muito tempo trabalhando lá e logo em seguida desse trabalho super nocivo, eles voltaram, fizeram uma nova varredura e os focos estavam dentro da casa das pessoas que tiveram dengue.

O Ministério da Saúde, em maio, reuniu cerca de 150 especialistas em uma Oficina Internacional sobre Arboviroses para discutir e debater evidências e tecnologias para reduzir o impacto das arboviroses na saúde da população;

Em 2024, de janeiro a agosto, foram notificados cerca de 6,5 milhões de casos prováveis de dengue no país. **Santa Catarina** está entre os estados que concentram cerca de 87% dos casos prováveis.

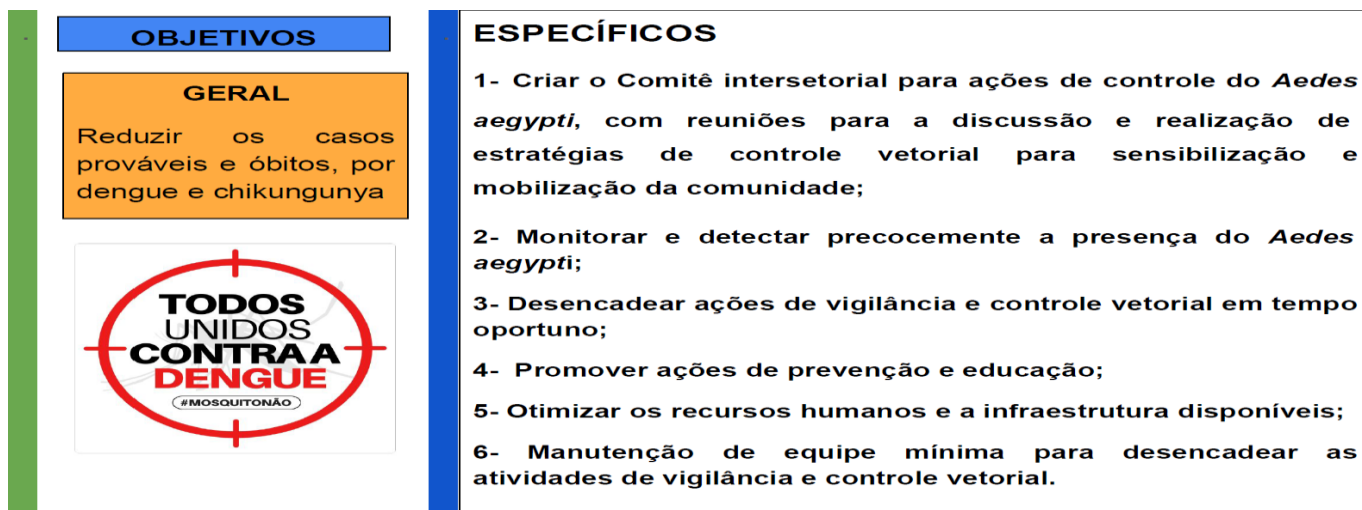
COMITÊ INTERSETORIAL

Espaço de Gestão Intersectorial com objetivo de gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e controle ao *Aedes aegypti*;

O avanço do mosquito nos espaços urbanos exige que novas estratégias de controle vetorial sejam pensadas, e aquelas já existentes sejam reforçadas, para tornar mais eficientes as ações de controle do vetor.

Relatou que esse ano está sendo o pior ano epidemia de dengue, nível nacional, com Santa Catarina já contando com mais de 300 óbitos, 22 em Florianópolis, e que desde do início do ano eles estão trabalhando, em uma estratégia do Ministério da Saúde, chamada de estratificação de risco, essa informação é baseada principalmente pelo número de casos positivos de arboviroses, que eles analisam através de um mapa de calor, onde os lugares com

a maior quantidade de casos possuem uma cor mais intensa, mais avermelhada, e a estratégia deles é direcionar as equipes para ações de combate ao vetor para essas regiões mais agravadas. Marinice citou que foi por isso que foi visto a presença das equipes de forma massiva no Rio Tavares, onde eles tiveram um Dengue 3, um caso isolado, mas que foi motivo de intensificar as ações lá.

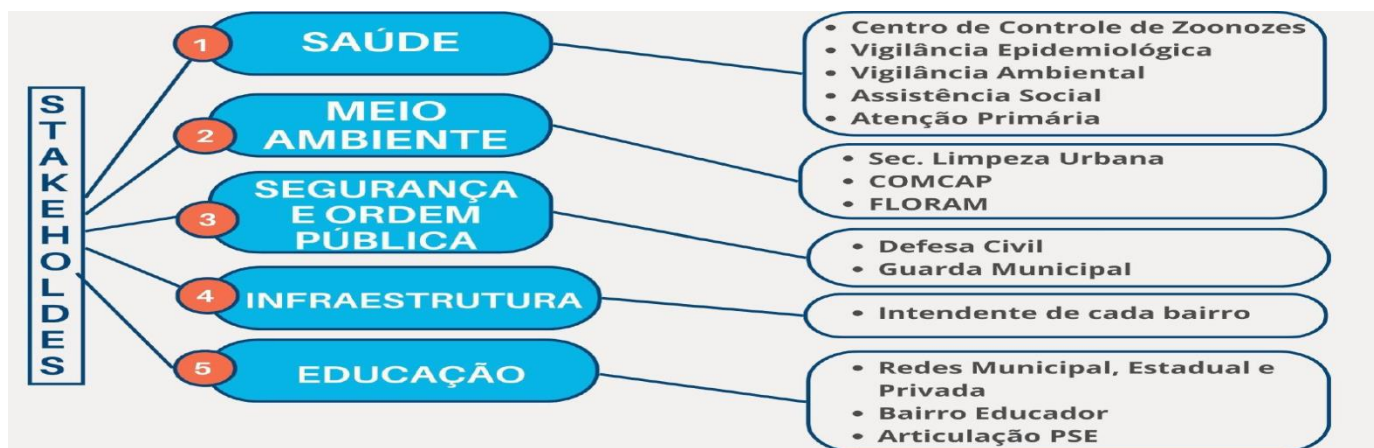


Em relação ao objetivo específico 2 Marinice complementou que nesses bairros que não são infestados ainda, que são 08, eles possuem a rede de Larvitrapa, se eles identificam ou na Larvitrapa ou nos pontos estratégicos, que são locais com alta presença de depósitos para a proliferação do mosquito, eles já desencadeiam ações de delimitação de foco, onde abre um raio de 300 metros, e age lá para combater o mosquito, e informou que em alguns bairros tem funcionado como Pântano do Sul e Costa da Lagoa.

Em relação ao objetivo específico 3 ela disse que essas ações são feitas para que consigam pegar os mosquitos que estão em local com pessoas infectadas, dentro do prazo de viremia, e combater esse mosquito com ação mecânica, que é a primeira ação e se não for suficiente utiliza do extremo, que é a pulverização de inseticida. E complementou que se estão passando inseticida na rua é sinal de que tem uma alta concentração de pessoas doentes lá.

Em relação ao objetivo específico 6 ela lembrou que mesmo que os agentes atuassem 24 horas por dia, não adianta se as pessoas não estiverem tendo os cuidados domiciliares necessários.

Logo após ela citou alguns dos parceiros, que estão listados abaixo.





Em relação aos parceiros Marinice informou que em cada setor é importante e é necessário que o CMS faça a indicação de um titular e um suplente para compor o comitê.

SECRETARIA DE SAÚDE

- Setores com trabalho alinhado;
- Atenção Primária - Integração ACE

Grupo de trabalho estabelecido com reuniões quinzenais para o fluxo dos Acumuladores

- **Manutenção dos espaços próprios;**

COE - Centro de Operações de Emergências Dengue e outras arboviroses

MEIO AMBIENTE

- FLORAM: educação ambiental para a população;
- COMCAP: caixas coletoras, acumuladores;
- SMLMU: desobstrução de bueiros;

Fluxo pré combinado estabelecido

- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

Em relação a Secretaria de Saúde ela disse que eles já estão com o trabalho muito alinhado, porque se não tiver esse alinhamento, boa comunicação com a vigilância epidemiológica, eles não conseguem agir, assim estando sempre a par das informações dos casos, diariamente, podendo direcionar o trabalho de controle vetorial, em relação à atenção primária eles estão ainda evoluindo na ação de integração dos agentes comunitários de saúde e com os agentes de combates de endemias, e sobre os Acumuladores, que possuem no território, já foi estabelecido um grupo de trabalho para estudar os casos, e em 2024, já agiram em alguns desses casos, bastantes específicos e polêmicos. Disse que o Centro de Operações de Emergências Dengue e outras arboviroses, COE, está agindo de forma específicas nos casos que necessitam de uma urgência maior.

SECRETARIA DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

- Terrenos baldios;
- GM e Polícia civil: ações do CCZ;
- Defesa Civil: Vistoria com Drone
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

- Intendentes: **BAIRROS**: manutenção e conscientização;
- Cemitérios: Treinamento para zeladores.
- Apoio em mutirões do CCZ;
- **DECRETO Nº 16.406, DE 06 DE JULHO DE 2016**
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

Em relação à Secretaria de Segurança e Ordem Pública, estão decidindo o que fazer com os terrenos baldios, que são largados pelos proprietários, a Guarda Municipal e Polícia civil já ajudam nas ações do Centro de Controle Zoonoses,

com a Defesa Civil eles fazem vistoria com drones para identificar locais em que a pessoa não quer abrir a casa, locais abandonados, locais onde sabem que tem proliferação, ou onde tem chance de proliferar e eles não conseguem acessar, uma vez por semana realizam a vistoria, identificando locais com problema é acionada a Vigilância Ambiental para identificar quem é o responsável, e responsabilizar as pessoas através de multas. Em relação à Secretaria de Infraestrutura foi complementado a respeito da manutenção dos cemitérios, que são 13 municipais, e são considerados pontos estratégicos no programa da dengue, isto significa que assim como locais de ferro velho, sucata e borracharia, eles são locais que tem uma chance muito grande do mosquito se desenvolver, por ter uma grande oferta de recipientes, por isso é realizada uma visita a cada 15 dias e comunicam para a equipe de manutenção estar sempre atenta.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Escolas e População;
- Redes municipal, estadual e privada;
- Projeto Agente Mirim;
- Parceria para educação de Associações, ONGs, Lar de Idosos, etc.;
- Bairro Educador;
- Articulação PSE;
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- Obras irregulares - fiscalização e definição de ação;
- Obras em fase de construção! ?
- Liberação de projetos;
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

A respeito da Secretaria de Educação, Marinice informou que eles estão tendo várias frente de resgate, e já está sendo realizado algumas parcerias de trabalhos na escola, com a ideia de capacitar a rede municipal inteira de professores, com mais de 3 mil professores, conscientizando que a dengue não é mais uma doença de verão. E a respeito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, está sendo discutido como vai ser realizada a liberação dos projetos, de forma que só sejam liberados projetos que garantam que as estruturas que estejam lá não acumulem água, além de construir uma fonte direta para garantir a fiscalização das obras irregulares.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

- Promover campanhas e ações de combate ao *Aedes aegypti*;
- Promoção de entrevistas com rádio, TV e demais;
- Disparar alertas sobre pulverização;

DIRETORIA DE BEM ESTAR ANIMAL

- Informar CCZ sobre focos;
- Atendimento quando CCZ identifica maus tratos;
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

A respeito da Assessoria de Comunicação ela complementou que quando vai ter o fumacê, eles divulgam em todos os meios de comunicação possíveis, e que os horários de pulverização são realizados no horário de menor atividade do inseto.

CASAN E CELESC

- Promover campanhas e ações de combate ao *Aedes aegypti*;
- (Postes, caixas de luz, terrenos, tampas de bueiros de rede, etc.)
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios:** reservatórios e estações de energia e água;

SECRETARIA DA PESCA

- Ranchos de pesca - fiscalização;
- População pesqueira: conscientização;
- Descarte de lixos em ranchos;
- Responsáveis por barcos em desuso;
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

Em relação a Secretaria da Pesca, Marinice lembrou que o mosquito não só escolhe água limpa, como também, usa água insalubre, por ser uma espécie altamente adaptável, cada vez mais resistente.

SECRETARIA DO CONTINENTE

- Ações de combate ao *Aedes aegypti* na região Continental;
- Terrenos, ruas, bueiros, imóveis abandonados, etc.;
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

EXÉRCITO E MARINHA

- Ações conjuntas com CCZ;
- Ações próprias com a população em bairros considerados críticos;
- Capacitação e reciclagem para suas equipes, sobre combate ao vetor;
- **Manutenção da infraestrutura dos espaços próprios;**

As ações intersetoriais são fundamentais para o controle da proliferação do *Aedes aegypti*

O envolvimento dos setores além da saúde e da sociedade, contribuem para a organização de estratégias de controle vetorial que podem beneficiar toda a população



Finalizou a apresentação e abriu para dúvidas.

5.2 Emerson de Jesus Duarte - Geben

Mencionou um caso pontual que envolve os dois parceiros deles, FLORAM e COMCAP, em que em uma área verde de lazer no Açores, onde a FLORAM, há mais de um ano, cortou alguns eucaliptos e os deixou no local, enquanto a COMCAP alegou não ter equipamento para recolher o que foi deixado, com isso, algumas pessoas passaram a jogar lixo no terreno. A Associação de Moradores de Balneário dos Açores fez diversas solicitações para a FLORAM e a COMCAP, e ele realizou uma vídeo chamada para a Vigilância no dia 8 de maio, mas até o momento não obteve resposta. Ele expressou sua dúvida sobre como resolver esse impasse.

Ele finalizou mencionando uma reportagem relevante que indica que, em relação às mudanças climáticas, o *Aedes aegypti* tende a se tornar uma ameaça ainda maior nos próximos anos.

5.3 Marinice Teleginski – Chefia da Divisão de Arboviroses – PMF

Respondeu que não sabia exatamente como resolver a situação, e explicou que quando trouxe essas informações, o foco estava em monitorar os locais propensos ao acúmulo de água, pois, em áreas mais silvestres, não há necessidade de se preocupar com o mosquito *Aedes aegypti*, já que ele depende do ser humano para se proliferar. No entanto, quando são identificadas áreas favoráveis à proliferação de outros vetores, como cobras, escorpiões e outros, a equipe comunica imediatamente aos setores responsáveis, e destacou que esses passos fazem parte da Vigilância Ambiental, por isso não pode oferecer uma resposta.

5.4 Igor Tavares da Silva Chaves– CUT (suplente)

Destacou a importância da COMCAP para a cidade, especialmente em relação à saúde pública, e mencionou que tem observado a precarização dela, com o crescente número de terceirizações, o que tem dificultado a realização de seus serviços, especialmente em áreas de morros e locais de difícil acesso. Ele enfatizou que, ao defender uma COMCAP pública e valorizada, também se está defendendo a saúde pública, e lamentou que não consiga avançar nesse aspecto, pela falta de apoio da população em compreender a relevância de uma empresa urbana qualificada e valorizada.

Igor abordou a precarização do trabalho dos agentes comunitários de saúde, que poderiam ser importantes parceiros nas comunidades, mas que enfrentam dificuldades especialmente nas áreas de vulnerabilidade, como os morros e locais com tráfico, onde muitos não se sentem seguros para realizar seu trabalho, para ele os agentes comunitários poderiam colaborar mais efetivamente nas ações educativas nas comunidades, mas que, devido à precarização, esse potencial é comprometido. Afirmou que, em termos de saúde pública, as intervenções individuais têm impacto limitado, sendo as ações públicas e campanhas de grande escala são muito mais eficazes. Reforçou que, cada vez mais, a política está se centralizando, com o cuidado médico e de enfermagem restrito aos consultórios. Por fim Igor sugeriu que dentro das ações, deveria estar previsto um cronograma de ações educativas nas comunidades, com parcerias com as unidades de saúde, articulando as ações com os conselhos, seria possível tornar as iniciativas mais efetivas, ao invés de delegar exclusivamente às equipes de saúde.

5.5 Marinice Teleginski – Chefia da Divisão de Arboviroses – PMF

Validou os comentários feitos por Igor e informou que a proposta para um fortalecimento com a COMCAP está em andamento, embora ainda não tenha ocorrido uma reunião com todos os setores envolvidos, estão prestes a fazer. Em relação aos agentes comunitários de saúde, Marinice explicou que já estão sendo realizadas algumas ações, e

que ao longo de 2024 o intuito é intensificar essas ações, assim, possivelmente em 2025, a presença desses profissionais nas comunidades será muito maior, uma vez que as ações já estão acontecendo, embora de forma pontual.

Quanto às ações educativas, Marinice explicou que, desde 2020, com a pandemia do COVID-19, houve dificuldades na continuidade de algumas ações, mas que, após o período da pandemia, chegou a epidemia de dengue, sendo que Florianópolis nunca havia enfrentado uma epidemia de dengue antes, portanto, a cidade está aprendendo com a situação ao longo dos últimos anos. Ela enfatizou que a colaboração com a educação tem se fortalecido e que as ações previstas, como mencionadas por Igor, estão sendo trabalhadas para serem implementadas de forma prática.

5.6 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS

Disse que anteriormente, eram realizadas diversas ações educativas nos bairros, convidando a população para as reuniões, que geralmente contavam com a presença de algum técnico do CCZ para fornecer explicações e esclarecimentos durante esses eventos. Ela ressaltou ainda que é importante saber que os CLS são parceiros nessas ações.

5.7 Douglas Francisco Kovaleski - UFSC

Destacou que ao focar apenas no combate ao foco de água, onde o mosquito deposita seus ovos, o esforço não será suficiente, e salientou a importância de também cortar o ciclo da doença, com a necessidade de reduzir o número de pessoas contaminadas circulando. Observou que uma das orientações que ele não viu na apresentação seria a recomendação para a pessoa procurar uma unidade de saúde logo nos primeiros sinais e sintomas da doença, e que fosse garantido que os profissionais de saúde estivessem devidamente capacitados para lidar com o caso.

5.8 Albertina Prá da Silva, Vice-Presidente do Conselho

Informou que ela estava realizando territorialização, acompanhando a agente de saúde do bairro, e durante o percurso, ficou alarmada com a situação do lixo encontrado nas ruas, que apesar de haver um sistema de coleta, o lixo estava espalhado por toda parte, sendo levado pelo vento, pego pelos animais e ficando exposto, o que ela considera preocupante. Ela relatou que, no ano anterior, foi realizada uma ação de coleta nas ruas para recolher o lixo que estava espalhado pelo chão. Concordou com a preocupação de Igor em relação à forma como as coletas estão sendo realizadas, principalmente com o desmonte da COMCAP, expressou grande preocupação, não apenas pela limpeza da cidade, mas também pelo impacto relacionado à proliferação do mosquito.

5.9 Marinice Teleginski – Chefia da Divisão de Arboviroses – PMF

Mencionou que como responsável e atuante em uma parte do combate ao vetor, ela traz orientações pinceladas sobre a doença, por não ter domínio. Concordou com a observação de Douglas, e afirmou que uma das principais orientações dadas é que caso as pessoas apresentem sintomas, permaneçam em casa e utilizem repelente, pois elas se tornam focos de transmissão da doença.

5.10 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública – SMS

Ela destacou que o principal objetivo do projeto era realizar essas ações em parceria com a Prefeitura como um todo, no entanto, ressaltou que a Secretaria também possui um planejamento estruturado para as questões assistenciais, ela informou que no ano anterior, foram testados alguns modelos diferentes de assistência, além disso, a equipe

realiza treinamento anual com toda a atenção primária para o manejo da Dengue, e contextualizou que em 2023 foi possível perceber que os principais pacientes do grupo B são casos intermediários, ou seja, não muito graves, mas que demandam cuidados mais avançados, uma pessoa com sintomas leves, mas idosa, necessitando de cuidados mais especializados. Por isso, a Secretaria experimentou uma estratégia adotada por Curitiba e Joinville, que consistiu na montagem de uma estrutura de Centro de Referência da Dengue no Distrito Norte, junto ao prédio da UPA, onde foram implementadas sistemáticas para agilizar o cuidado, como a realização de hemogramas rápidos, fundamentais para avaliar as condições sanguíneas dos pacientes e determinar se o quadro poderia agravar, e caso o paciente apresentasse sinais de agravamento, ele seria encaminhado para a UPA ou, se necessário, para um ambiente hospitalar. Talita explicou que a Atenção Primária também começou a encaminhar pacientes para realizar o hemograma, e uma equipe especializada foi designada para atender exclusivamente os possíveis manejos de Dengue e arboviroses, evitando sobrecarga, com isso conseguiu ampliar a capacidade de atendimento, atendendo quase 200 pessoas dia. Talita destacou que dentro da estrutura de acompanhamento da Dengue, a diretora de Vigilância é uma das coordenadoras, possui um comitê com as áreas técnicas que elaboraram um plano de contingência, que inclui parâmetros para a ativação de ações, quando o município ultrapassa a marca de 100 casos novos notificados por dia, indica a necessidade do serviço assistencial.

Para a temporada de 2025, Talita explicou que o plano de contingência prevê a ativação de até quatro pontos de centro de referência, localizados nas regiões Norte, Sul, Centro e Continente, com recursos voltados para o atendimento de casos de Dengue. Ela mencionou também que no ano anterior a mídia da prefeitura produziu vídeos informativos recomendando que a população procurasse uma unidade de saúde ao notar qualquer sintoma, em caso de dúvida, ligasse para o serviço Alô Saúde.

5.11 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza – CDS Sul

Afirmou que gostaria de corroborar a fala de Douglas, enfatizando a importância de a nível de comunicação pública reconhecer que o verdadeiro combate não é apenas ao mosquito, mas sim à doença, o objetivo é impedir a proliferação da doença e que esse aspecto precisa ser abordado na comunicação, ampliando o foco para a transmissão da doença, especialmente no caso das pessoas já infectadas. Ele sugeriu que, apesar do tabu gerado pela pandemia, seria importante comunicar de forma clara que caso uma pessoa tenha sido picada, ela não deve continuar a ser picada, para evitar o agravamento da transmissão. Nesse sentido, Gustavo propôs uma ideia: Oferecer repelente, de forma similar a um medicamento, para as pessoas que já estão infectadas e foram diagnosticadas em centro de saúde, com o intuito de evitar que elas continuem a disseminar o vírus.

Gustavo comentou sobre a questão do RH, lembrando do debate realizado sobre as normativas dos agentes comunitários de saúde, por volta da virada de 2023 para 2024.

5.12 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

Pontuou que ocorreram no final do ano anterior, e que em fevereiro a questão foi aprovada.

5.13 Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza – CDS Sul

Continuou que, em fevereiro, foi aprovada a normativa e havia a previsão da contratação de cerca de 100 Agentes Comunitários de Saúde para o município. No entanto apesar de ter passado um ano, o concurso para essas vagas ainda não foi chamado.

Ele mencionou que, em uma palestra do Ministério da Saúde sobre o novo financiamento para a saúde, foi informado que a média nacional de agentes comunitários de saúde por equipe de saúde da família é de 5 a 6 ACS, o município está muito abaixo dessa média, pois em alguns centros de saúde as equipes não chegam a ter dois ou três ACS por equipe. Gustavo trouxe esse dado para ilustrar a importância do reforço nesse setor, especialmente no contato com as comunidades, observando que embora o plano seja bem elaborado, surgem questionamentos sobre a disponibilidade de RH suficientes para implementar o plano de forma eficaz.

5.14 Laurinha Souza – RBPI SC

Expressou preocupação com o tema da Dengue, pois reside em uma região, no morro, onde a maioria da população é idosa, e muitos idosos cultivam plantas, o que contribui para a proliferação do mosquito.

Laurinha relatou que mora em uma viela na subida do Monte Serrat, onde existem mais de 15 casas. O que mais a preocupa, no entanto, é uma caixa d'água de um morador localizada no topo de seu prédio, que está aberta há mais de duas semanas, e mencionou que já havia avisado o morador sobre o risco de saúde pública que representa, e também enviou mensagem à síndica, alertando que era necessário tomar providências. A sugestão da síndica foi que quando a equipe passasse pela casa e encontrasse fechada, deixassem um comunicado para que na próxima visita, alguém estivesse presente para supervisionar a situação. Além disso, Laurinha observou que na comunidade ao redor tem prédios em construção e casas antigas, o que também a deixa preocupada, ela enfatizou que não adianta cuidar apenas da própria casa, pois é necessário garantir que o ambiente dos vizinhos também esteja em condições seguras. Relatou que há uma viela na sua região por onde escorre água 24 horas, e que, embora a prefeitura tenha feito uma estrutura na rua e colocado asfalto, o esgoto sanitário ainda continua a vaziar, em um beco próximo a sua casa.

Destacou que, antes de pensar na doença, é fundamental que a comunidade esteja consciente e comprometida com o trabalho de prevenção, sugerindo que esse trabalho não precisa ser realizado exclusivamente por um agente de saúde. Por fim, ela pediu para Gerusa para que fosse disponibilizada a apresentação, para que ela pudesse reunir a comunidade e falar sobre a importância de cuidar do ambiente ao redor, visando a prevenção da Dengue, especialmente considerando o grande número de idosos em sua região.

5.15 Marinice Teleginski – Chefia da Divisão de Arboviroses – PMF

Destacou a importância das questões levantadas, e explicou que o trabalho realizado pela equipe já é dividido dessa forma, quando são realizados mutirões ou ações em áreas identificadas como "quentes" no mapa de calor, áreas com grande concentração de pessoas positivas para a doença, a equipe já adota a prática de ir até as casas. Caso o morador não esteja presente, deixam um comunicado informando sobre a visita, com a mensagem: *“Estivemos aqui no dia de hoje para realizar prevenção, orientação e identificação, mas não encontramos ninguém em casa. Nosso telefone e e-mail são XXXXXXXXX, entre em contato e agende conosco.”*

Marinice ressaltou que, caso o problema da caixa d'água aberta, não seja resolvido através da comunicação com o síndico e com o proprietário, existem canais de denúncia disponíveis, quando uma denúncia é registrada, os protocolos são encaminhados para os responsáveis, que prontamente desloca uma equipe até o local para dar continuidade ao atendimento.

Ela finalizou a fala explicando que a proposta do Comitê Intersectorial visa fortalecer todas as ações de combate à Dengue com a colaboração dos maiores números de setores possíveis, buscando resolver os problemas, como o lixo em diferentes áreas e outros desafios relacionados. Marinice destacou que as ações realizadas até o momento têm sido eficientes. Ela também abordou a questão da probabilidade de contrair a Dengue, explicando que, no Brasil, cada pessoa pode pegar a doença até quatro vezes, no entanto, ela ressaltou que em qualquer uma dessas vezes, a infecção pode ser assintomática ou pode se manifestar de forma grave, podendo até levar à morte, e que caso uma pessoa já tenha contraído Dengue uma vez, a probabilidade de apresentar sintomas mais graves na segunda infecção é muito maior. Marinice reforçou a importância do que Igor havia mencionado, que é o cuidado de manter a pessoa infectada em casa para evitar a disseminação e complicações maiores. E sobre o que Laurinha mencionou sobre a reunião com a comunidade, Marinice se colocou à disposição, informando que, ao ser acionada, a equipe pode realizar essas ações em parceria, pois esse é de fato, o objetivo do trabalho.

5.16 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública – SMS

Explicou que há estudos em andamento sobre a possibilidade de fornecer repelentes como parte do tratamento, mas que existem alguns desafios em relação aos critérios de quem deve receber o repelente, apesar de parecer mais óbvio fornecê-lo para pessoas doentes, outros critérios precisam ser considerados, como gestantes e idosos, ou áreas quentes de comunidades vulneráveis, onde as pessoas podem ter limitações econômicas maiores para acessar esses recursos, o que justificaria uma distribuição mais ampla, havendo assim, uma certa variação sobre quais grupos devem ter prioridade.

No entanto, ela ressaltou um desafio importante: o SUS tem o princípio da universalidade, ao oferecer o repelente para uma parte da população, pode-se gerar uma interpretação de que isso deve ser feito para todos, ou não ser fornecido para ninguém. Ela afirmou que a Secretaria está estudando formas de viabilizar essa ação, pois atualmente não há uma linha de financiamento estruturada para fornecer repelentes para toda a população, ela mencionou que no ano anterior, foi feita uma tentativa de captação de recursos junto ao Ministério da Saúde, que abriu uma linha de financiamento para municípios com situação de surto de Dengue, a equipe incluiu a aquisição de repelentes nesse pedido, mas a parte do financiamento destinada ao repelente não foi aprovada. Por fim, informou que estão estudando novas maneiras de avançar nesse processo.

5.17 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

Agradeceu a todos e informou que a pauta foi finalizada.

6º Informes do dia Internacional da AIDS – Atividades da Secretaria mês dezembro;

6.1 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública – SMS

Informou que Carol, que normalmente coordena essas ações, não poderia fazer a fala naquele momento devido a outro compromisso. Talita explicou que em relação às ações previstas, algumas já estão em andamento e serão estendidas para o mês de dezembro, conforme sinalizado por Carol, já está sendo montado e executado um workshop sobre PREP, uma das estratégias relacionadas à prevenção da transmissão do HIV, em parceria com o estado. Durante o mês de dezembro, os profissionais dos centros de testagem e resposta rápida estarão nas ruas

realizando ações de campo e abordando pessoas em situação de rua para a realização das testagens, também está prevista a panfletagem com orientações e a divulgação do dezembro vermelho nas unidades de saúde, para que essas possam repassar a informação para as comunidades.

6.3 Laurinha Souza – RBPI SC

Questionou em que momento ocorreram as reuniões com a sociedade civil para planejar as ações, e explicou que ela faz parte da sociedade civil, apenas agora o grupo das parcerias está organizando uma reunião online, marcada para o dia 22, com o objetivo de elaborar um plano de ação para o dia 1º de dezembro, Laurinha lamentou que o dia 1º de dezembro caia em um domingo, o que dificultaria a realização das ações nesse dia.

Ela ressaltou que o movimento de AIDS tem um número reduzido de militantes, e esses poucos membros não possuem recursos suficientes para realizar mobilizações nas ruas, ela questionou se as ações seriam realizadas dentro dos centros de saúde, nas ruas ou em outros locais, como na passarela, ela afirmou não entender, onde o estado e o município pretendem executar essas ações, pois não viu nenhuma divulgação ou planejamento a respeito. Ela mencionou a falta de comunicação e sugeriu que por eles estarem mais próximas da mídia, os responsáveis pelas ações, pudessem convidar militantes e pessoas que convivem com HIV para participar, ela também enfatizou a questão do HIV está sendo tratada de maneira muito lenta, como se o problema não existisse.

6.4 Talita Cristine Rosinski, Subsecretária de Saúde Pública – SMS

Agradeceu as sugestões e explicou que a parte do roteiro para a panfletagem está prevista para ser discutida na reunião do dia 22, e informou que Carol havia lido passado uma prévia geral das ações, que incluem workshops e treinamentos para profissionais, realizados nos espaços internos da Secretaria.

Talita esclareceu que as ações conjuntas com o consultório na rua ocorrerão nas ruas, especialmente em locais com população em situação de rua, como a passarela. Ela destacou que a intenção é realizar uma série de ações ao longo do mês, com várias idas à rua, focando nas abordagens por meio do consultório na rua, já nas unidades de saúde, são ações internas. Em relação ao roteiro das panfletagens Talita informou que esses detalhes serão discutidos diretamente com os participantes da reunião.

Disse que ainda há um longo caminho a percorrer, como município, no que diz respeito ao tratamento e diagnóstico, mas que Florianópolis está como uma das cidades com maior capacidade de intervenção e cessação da transmissão do HIV. Ela também informou que até aquele momento, não houve nenhum caso de transmissão vertical de HIV em 2024, mas houve casos de sífilis e que continuam trabalhando arduamente para reverter essa situação.

6.5 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

Destacou a importância do Conselho estar ciente dessa informação, e sugeriu que poderia ser pensada em uma apresentação sobre os avanços alcançados, e mencionou que o Ronaldo Zonta já havia apresentado diversos programas que estavam sendo implantados no combate ao HIV, e que seria bom uma atualização para o Conselho.

Ela ressaltou também a importância de manter um diálogo aberto com os membros do Conselho, para identificar o que ainda precisa ser feito e concluiu dizendo é o papel do Conselho contribuir com a melhoria das políticas de saúde. Em relação à reunião do dia 22, verificaria a possibilidade de encaminhar um representante do Conselho para acompanhar as atividades de dezembro. Em seguida, finalizou a pauta.

8º Momento Secretaria Executiva CMS;

8.1 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

A respeito do ponto de pauta 7 Gerusa informou que seria sobre a Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares – CPIC, Promoção da Saúde, Hortas e COMPAC, e explicou que, embora a Francisca tenha mencionado que esse não seria o nome da pauta, foi esse título que foi repassado à Secretaria Executiva. Gerusa então consultou os responsáveis pelo ponto, sobre a viabilidade de realizar a apresentação naquele momento, uma vez que ela teria uma duração mínima de 40 minutos, conforme informado por Francisca. Ela ressaltou o horário avançado e a saída de metade da plenária, e pediu a opinião sobre a continuidade da apresentação, foi informado a Gerusa que precisou sair, por isso, a pauta número 7 foi retirada.

O primeiro informe foi a comunicação de que o Conselho LGBT enviou um pedido para a criação de um Comitê Técnico de Saúde LGBT. Este pedido foi apresentado à Mesa Diretora, e embora já tenha sido informado à gestão, o Conselho está oficialmente encaminhando essa solicitação ao grupo, o pedido é a criação de uma comissão Intersetorial LGBT dentro do Conselho Municipal de Saúde. A Mesa Diretora considerou ser interessante a formação dessa comissão, e nas próximas reuniões será possível realizar ajustes na composição dessa Comissão Intersetorial. O segundo informe referiu-se a uma solicitação antiga do Comitê de Ética e Pesquisas do SENAC, que havia requisitado a indicação de um representante do Conselho para esse Comitê, com duas pessoas disponíveis para essa função: **Ivani Fátima Arno Coradi**, que também integra o Conselho Estadual de Saúde, os Conselhos Municipal e Estadual do Idoso, e **Karen Berenice Denez** que também participa do controle social. No entanto, no momento não há quórum suficiente para aprovar essa indicação, o processo será encaminhado para aprovação na Mesa Diretora, onde será feita a aprovação *ad referendum*. É importante ressaltar que o SENAC aguarda há quase um ano por essa indicação.

9º Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de 17 de dezembro de 2024.

9.1 Gerusa Machado – Secretária Executiva do CMS - SMS

Foi mencionada a questão do PAS, das hortas, e o tema do novo financiamento, que já havia sido discutido na Mesa Diretora, pois este pode ser complementado em 2025. Por fim, a reunião foi encerrada com agradecimentos e votos de um bom feriado a todos.

Conselheiros Presentes 236ª Plenária -

Governo Municipal

1. Almir Adir Gentil, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do CMS
2. Talita Cristine Rosinski, Secretaria Municipal de Saúde – SMS
3. Daniela Baumgart de Liz Calderon, Secretaria Municipal de Saúde (Suplente) – SMS
4. Sandra Maria Raimundo, Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
5. Telma Pitta, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

6. Luiz Henrique Fernandes dos Reis (suplente), Secretaria Municipal de educação - SME
7. Cristina Moreira Lalau, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

8. Irma Manuela Paso Martins, Instituto Arco-Íris

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

9. Marcos Cesar Pinar, Sindicato dos Odontologistas do Estado de Santa Catarina – SOESC
10. Giordano de Azevedo, Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina – SINPSI-SC

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

11. Vera Lucia Ferreira, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn

Instituições Públicas de Ensino Superior com Atuação na Área da Saúde com sede em Florianópolis

12. Josimari Telino de Lacerda – UFSC
13. Douglas Francisco Kovaleski (suplente) - UFSC

Entidades Populares

14. Emerson de Jesus Duarte, Grupo Espírita Benedita Fernandes – GEBEN
15. Leonilda Delourdes Gonçalves, Pastoral da Pessoa Idosa – PPI
16. Juliara Bellina Hoffmann, União Brasileira de Mulheres – UBM
17. Albertina Prá da Silva, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO

Entidades de aposentados e pensionistas

18. Maria Helena Possas Feitosa, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – AFABB/SC

Conselhos Distritais de Saúde

19. Fabricia Cristina de Sá Santos (suplente), Conselho Distrital Centro – CDS Centro
20. Cleuse Pereira Soares, Conselho Distrital de Continente – CDS Continente
21. Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza, Conselho Distrital de Sul – CDS Sul

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

22. Igor Tavares da Silva Chaves, Central Única dos Trabalhadores – CUT (suplente)

23. Sulimar Vargas Alves, Sindicato dos Empregados em Edifício e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Florianópolis /SC– SEEF

Entidades Ausentes

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

24. Associação de Hospitais de Santa Catarina – AHESC

Entidades Ausências Justificadas

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

25. Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina – CREF3/SC
26. Conselho Regional de Nutricionistas da 10ª Região – CRN 10
27. Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina – SINDFAR/SC

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

28. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis

Entidades Populares

29. Associação de Moradores do Campeche – AMOCAM
30. Associação Alegre Mente Associação de usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – ASSOCIAÇÃO ALEGRE MENTE
31. Instituto de Estudos de Gênero – IEG

Conselhos Distritais de Saúde

32. Conselho Distrital de Norte – CDS Norte

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

33. Associação Brasileira de Portares de Câncer (suplente)- AMUCC
34. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis – APAE

Participantes e Convidados

1. Alessandra Esmeraldino – SMS ESP

2. Alexandre Stuepp Cavalcanti – CLS Saco Grande
3. Aline M. Alves – Médica Residente
4. Ana Carolina Lemos – Enfermagem ESP
5. Ariadna Saavedra – SMS Auditoria
6. Caroline Andrade Vignardi – SINPSI SC
7. Daniela Salomé Andrade – SMS GAB
8. Fernanda S. França – DAT Sul
9. Fernando S. P. Sant’Anna – CLS Pântano do Sul
10. Laurinha Souza – RBPI SC
11. Luciano F. Elias – SMS DGAF
12. Melissa Costa Santos – SMS GEPLAM
13. Paulo R. Machado – Gerente Ambiental
14. Sabrina dos Santos Stein – Enfermeira Residente
15. Sheila Araújo – Coordenadora COASAI
16. Simone de Souza Cavalcante – CLS Ratores
17. Zeli Sabino Delfino – CLS Jurerê

Glossário de Siglas e Abreviaturas

ACS – Agente Comunitário de Saúde

APROCOM – Associação Pró-Comunidade do Monte Verde

APS – Atenção Primária à Saúde

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CCMV – Conselho Comunitário Monte Verde

CDS – Conselho Distrital de Saúde

CIB - Comissão Intergestores Bipartite

CLS – Conselho Local de Saúde

CMS – Conselho Municipal de Saúde

COE - Centro de Operações de Emergências Dengue

COMOSG – Conselho de Moradores do Saco Grande

CS – Centro de Saúde

FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PAS – Programação Anual de Saúde

PES – Plano Estadual de Saúde

PMS – Plano Municipal de Saúde

PNS – Plano Nacional de Saúde

PREP – Profilaxia Pré-Exposição

RH – Recursos humanos

SMS –Secretaria Municipal de Saúde

TCU – Tribunal de Contas da União

ANEXO 1

RESOLUÇÃO Nº 008/2024 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS

APROVA, COM RESSALVAS, O PLANO DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2023, CONSIDERANDO AS JUSTIFICATIVAS E AJUSTES APRESENTADOS PELA SMS.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990 e pela Lei Municipal nº 10.167/2016, considerando as justificativas e ponderações apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SMS), e com base nas seguintes considerações:

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 198 e 199 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem o direito à saúde e o dever do Estado em garantir o acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 141/2012, que regulamenta a aplicação de recursos mínimos em saúde pelos entes federados, e o cumprimento por parte do município de Florianópolis da aplicação mínima de 15% de sua receita líquida em saúde, como exigido pela Constituição;

CONSIDERANDO que, embora o Plano de Ação de Saúde 2023 tenha contemplado 69 metas, sendo que 40 delas não foram cumpridas integralmente, a SMS justificou que várias dessas metas foram pactuadas com alto grau de desafio, em um esforço para fomentar o debate e estimular avanços em temas críticos da saúde pública municipal;

CONSIDERANDO que a SMS ofereceu justificativas claras e detalhadas sobre as dificuldades enfrentadas para o cumprimento de algumas metas, como a baixa adesão à vacinação e a alta incidência de dengue, e evidenciou ações corretivas que já estão sendo implementadas, tais como o fortalecimento de campanhas de conscientização e a ampliação das equipes de saúde;

CONSIDERANDO que a prestação de contas dos recursos aplicados em saúde foi realizada regularmente pela SMS, incluindo a apresentação quadrimestral dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA), e que a transparência foi mantida, com informações disponibilizadas ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) e à sociedade;

CONSIDERANDO que o contexto social e econômico de Florianópolis, assim como fatores externos como a pandemia e questões climáticas, impactou diretamente na capacidade do município de atingir certas metas pactuadas, conforme relatado pela SMS;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes futuros no planejamento estratégico da saúde municipal, com a adoção de metas mais realistas e baseadas em probabilidades matemáticas, conforme sugerido pela SMS, para melhorar a efetividade das ações;

CONSIDERANDO que o Secretário Municipal de Saúde recebeu a Resolução 008/2024 em 27 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, em seu artigo 31 confere ao Secretário Municipal de Saúde o prazo de 30 dias para apresentar justificativa com proposta de alteração ou rejeição das Resoluções emanadas pelo CMS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, com **RESSALVAS**, o Plano de Gestão da Saúde referente ao ano de 2023, levando em consideração as justificativas e ajustes apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SMS), e reconhecendo

os esforços realizados para alcançar as metas pactuadas no Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025 e na Programação Anual de Saúde (PAS) 2023.

Art. 2º - Recomendar à SMS que ajuste a definição de metas futuras de forma a conciliar a ousadia necessária para promover avanços na saúde pública com o realismo necessário para garantir o cumprimento de objetivos alcançáveis, promovendo, assim, uma gestão eficiente e eficaz.

Art. 3º - Reafirmar a importância da participação contínua do Conselho Municipal de Saúde nas deliberações e no acompanhamento das políticas públicas de saúde, garantindo o controle social e a transparência das ações e serviços oferecidos à população.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 27 de setembro de 2024.